

Resolução CMDCA nº 12, de 31 de julho de 2023

DIVULGAÇÃO DO GABARITO DA PROVA DE CONHECIMENTOS DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA 05 TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG, MANDATO 2024/2027

Dispõe sobre a divulgação do gabarito da prova de conhecimentos do Processo de Escolha para 05 titulares e suplentes do Conselho Tutelar do Município de São Gotardo/MG, mandato 2024/2027.

A Comissão Organizadora do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar do Município de São Gotardo/MG, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, torna público o gabarito da prova de conhecimentos do Processo de Escolha para 05 titulares e suplentes do Conselho Tutelar do Município de São Gotardo/MG, mandato 2024/2027:

| | | |
|--------|--------|--------|
| 1- A | 11 - A | 21 - D |
| 2- A | 12 - A | 22 - B |
| 3- B | 13 - D | 23 - A |
| 4- A | 14 - C | 24 - D |
| 5- C | 15 - D | 25 - B |
| 6- D | 16 - C | 26 - A |
| 7 - B | 17 - A | 27 - A |
| 8 - A | 18 - B | 28 - B |
| 9 - B | 19 - C | 29 - C |
| 10 - C | 20 - B | 30 - C |

1. Após divulgação do gabarito pela Comissão Organizadora, será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Organizadora do processo de escolha, no prazo de até 02 (dois) dias, conforme cronograma disponibilizado ao fim desta resolução.



(34) 3671-8201



social@saogotardo.mg.gov.br



Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89
Centro, CEP 38800-000 - São Gotardo

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2. A lista de classificados será publicada até o dia 11 de agosto de 2023 através do site Oficial da Prefeitura Municipal de São Gotardo (<https://www.saogotardo.mg.gov.br/index.php>) e afixados no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
3. Serão classificados aqueles que atingirem no mínimo 50% (cinquenta por cento) da pontuação total atribuída à prova.
4. A relação dos candidatos habilitados para a próxima etapa será publicada no Diário Oficial do Município, constando nome, nota, ordem decrescente de classificação e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e constará data, local e horário de reunião a ser promovida pela Comissão Organizadora que autorizará o início da campanha eleitoral, com cópia para o Ministério Público.

São Gotardo/MG, 31 de julho de 2023

 
Comissão Organizadora





(34) 3671-8201



social@saogotardo.mg.gov.br



Rua Olimpio Gonçalves de Resende, 89
Centro, CEP 38800-000 - São Gotardo



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ANEXO I

CRONOGRAMA DA 2ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA

| | | | |
|----|--|-------------------------------|--|
| 01 | Data da realização da prova de conhecimentos. | 30/07/2023 | Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89, Centro Horário: 08h às 12h |
| 02 | Divulgação do gabarito da prova de conhecimentos. | 31/07/2023 | Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://www.saogotardo.mg.gov.br/ |
| 03 | Período pra interposição de recursos sobre as questões da prova de conhecimento. | 01/08/2023 e 02/08/2023 | Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89, Centro Horário: 08h às 11h, 13h às 18h |
| 04 | Divulgação do julgamento dos recursos relativos à aplicação e questões da prova de conhecimentos. | 07/08/2023 | Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://www.saogotardo.mg.gov.br/ |
| 05 | Interposição de recursos ao CMDCA/SG contra o resultado dos recursos. | 08/08/2023 e 09/08/2023 | Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89, Centro Horário: 08h às 11h, 13h às 18h |
| 06 | Divulgação do resultado do julgamento dos recursos pelo CMDCA/SG e divulgação da relação dos candidatos aprovados na prova de conhecimentos. | 11/08/2023 | Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://www.saogotardo.mg.gov.br/ |
| 07 | Prazo para interposição de recursos sobre o resultado dos aprovados na prova de conhecimento. | 14/08/2023 e 16/08/2023 | Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89, Centro Horário: 08h às 11h, 13h às 18h |
| 08 | Divulgação do julgamento dos recursos relativos ao resultado dos aprovados na prova de conhecimento. | 18/08/2023 | Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://www.saogotardo.mg.gov.br/ |
| 09 | Interposição de recursos ao CMDCA/SG contra o resultado dos recursos. | 21/08/2023 e 22/08/2023 | Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89, Centro Horário: 08h às 11h, 13h às 18h |
| 10 | Divulgação do resultado do julgamento dos recursos pelo CMDCA/SG. | 25/08/2023 | Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://www.saogotardo.mg.gov.br/ |
| 11 | Realização da reunião prevista no item 9.1 deste edital. | 29/08/2023 | Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89, Centro Horário: 14 horas |



(34) 3671-8201



social@saogotardo.mg.gov.br



Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89 - Centro, CEP 38800-000 - São Gotardo



CADERNO DE PROVAS

Processo de Escolha – Conselho Tutelar

Edital CMDCA n. 2, de 31 de março de 2023

INSTRUÇÕES

- . Aguarde a permissão para iniciar a prova;
- . Verifique se este caderno possui 30 questões. Caso haja qualquer falha, solicite imediatamente ao Fiscal outro Caderno completo;
- . O tempo de duração das Provas é de 3 (três) horas, com permanência mínima de 1 (uma) hora. Fique atento, pois este tempo já inclui a marcação das questões na Folha de Resposta;
- . Ao terminar a Prova, marque as questões na Folha de Resposta verificando com atenção às instruções de preenchimento.

PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

- . Em hipótese alguma será substituída a Folha de Resposta;
- . Assine seu nome no espaço indicado;
- . Utilize caneta esferográfica azul;
- . Não rasure, danifique ou marque mais de uma resposta, pois assim sua resposta não será computada;
- . O preenchimento da Folha de Resposta é de total responsabilidade do candidato.

Boa Prova!



(34) 3671-8201



social@saogotardo.mg.gov.br



Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89
Centro, CEP 38800-000 - São Gotardo

CADERNO DE PROVAS

1 De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando à (ao):

- I. Pleno desenvolvimento de sua pessoa.
- II. Desenvolvimento para vida empreendedora e política.
- III. Educação financeira.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I, II e III.

2 Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Estes direitos estão reunidos em três dimensões, que são:

- a) Individuais, civis e políticos; sociais, econômicos e culturais; difusos e coletivos.
- b) Individuais e políticos; econômicos e sociais; confusos e coletivos.
- c) Civis e sociais: econômicos e culturais; difusos e coletivos.
- d) Civis e políticos; sociais e culturais; confusos e coletivos.

3 As afirmativas a seguir referem-se à regulamentação sobre a adoção estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) A adoção independe do consentimento dos pais biológicos ou do representante legal do adotando.
- b) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
- c) O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA não estabelece a idade mínima para quem pretende fazer adoção, porém só permite adoção para cônjuges reconhecidos legalmente.
- d) O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA não permite aos divorciados e aos judicialmente separados adotar crianças, mas faculta essa permissão quando o adotado for adolescente.



(34) 3671-8201



social@saogotardo.mg.gov.br



Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89
Centro, CEP 38800-000 - São Gotardo



4 O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069/1990, um dos principais dispositivos jurídicos de proteção das infâncias e juventudes do país, afirma que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação dos direitos previstos à criança e ao adolescente,

- a) com absoluta prioridade.
- b) com prioridade proporcional à necessidade manifesta.
- c) em condição de igualdade com outros grupos etários.
- d) sempre que possível.

5 Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, assinale a alternativa correta quanto aos aspectos que compreendem o direito da criança e do adolescente à liberdade.

- a) Participar da vida familiar e comunitária, salvo restrições.
- b) Direito à escola pública até os onze anos de idade.
- c) Brincar, praticar esportes e divertir-se.
- d) Ir e vir nos logradouros públicos e espaços comunitários, sem restrições legais.

6 No Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA encontram-se diversas diretrizes que possuem como escopo a proteção da criança e do adolescente, tendo por princípio a salvaguarda da convivência familiar, sempre que possível. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta como se dá o convívio da criança e do adolescente que tenha o pai ou a mãe privado(a) de liberdade.

- a) A criança ou o adolescente não poderá, nesse caso, conviver com o pai ou a mãe privado(a) de liberdade, tendo em vista que também deverá ser recebido em instituição de acolhimento.
- b) A criança ou o adolescente só poderão conviver com o pai privado de liberdade caso o estabelecimento prisional disponha de cela especial para este fim.
- c) Como a entrada e permanência em estabelecimentos prisionais é restrita a maiores de 18 anos, não se admitirá, em nenhuma hipótese, a convivência da criança e do adolescente com o pai privado de liberdade.
- d) A convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade é garantida no ECA, por meio de visitas periódicas.

7 No que diz respeito ao Conselho Tutelar e levando em consideração as previsões legais contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA sobre as suas atribuições, leia as assertivas abaixo.

- I - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- II - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.



III - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.
IV - Representar a autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e adolescente.

Estão corretas as assertivas:

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.

8 Segundo a lei que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, entende-se por família natural a comunidade formada pelos:

- a) Pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- b) Tios e seus descendentes.
- c) Primos ou qualquer deles e seus descendentes.
- d) Avós e seus descendentes.

9 Para os efeitos da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, considera-se:

- a) Criança, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.
- b) Criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- c) Criança, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- d) Criança, a pessoa até quatorze anos de idade completos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.

10 É da competência dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente,

- a) Atribuir aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente a atividade fiscalizatória sobre as entidades que executam programas socioeducativos em regime de internação.
- b) Indicar o Conselho Tutelar para a condução do adolescente autor de ato infracional à Delegacia Especializada.



(34) 3671-8201



social@saogotardo.mg.gov.br



Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89
Centro, CEP 38800-000 - São Gotardo



- c) Indicar o Ministério Público como destinatário de notícia de fato que constitua infração administrativa contra os direitos da criança ou do adolescente, inclusive violência institucional.
d) Atribuir ao Centro Especializado de Assistência Social a execução da medida socioeducativa de semiliberdade

11 “A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o e o desenvolvimento e harmonioso, em condições de existência.”

Assinale a alternativa que contém os vocábulos que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas do dispositivo legal apresentado.

- a) saúde ... nascimento ... sadio ... dignas
b) liberdade ... crescimento ... saudável ... vitais
c) saúde ... despontar ... criterioso ... normais
d) segurança ... estudo ... regular ... excelentes

12 Analise as seguintes afirmações.

- I. A criança e o adolescente portadores de deficiência deverão receber atendimento especializado do Poder Público.
II. Os hospitais públicos e particulares são obrigados a fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do neonato.
III. A parturiente será atendida obrigatoriamente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
IV. Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente poderão ser comunicados a qualquer Conselho Tutelar.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e II.
b) I e III.
c) I, II e III.
d) I, II e IV.

13 Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, as entidades de atendimento não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no(a)

- a) Ministério da Justiça.
b) Promotoria da Infância e da Juventude.



- c) Defensoria Pública.
- d) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

14 O Conselho Tutelar, criado no âmbito dos municípios, é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de

- a) promover o desenvolvimento físico e emocional da criança e do adolescente.
- b) julgar os casos de discriminação e maus tratos à criança e ao adolescente.
- c) zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- d) decidir sobre a guarda e adoção de crianças abandonadas.

15 Segundo os artigos 15 e 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais conforme previsto na Constituição e nas leis. Entende-se como direito à liberdade os seguintes aspectos:

- I. Ter direito de opinar e de se expressar.
- II. Brincar, praticar esportes e divertir-se.
- III. Participar da vida política, na forma da lei.
- IV. Buscar refúgio, auxílio e orientação.

Está correto o contido em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II, III e IV.

16 De acordo com o artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, ao identificar marcas de agressão e suspeitar de maus tratos em um aluno da escola, o professor deve

- a) encaminhar o aluno para atendimento médico e terapêutico.
- b) proporcionar condições de atendimento aos pais e aluno na escola.
- c) informar seu superior, que encaminhará o caso ao Conselho Tutelar.
- d) impedir o aluno de assistir às aulas, até que o problema seja resolvido.

17 Ao observar que havia muitas crianças e adolescentes, em idade escolar, perambulando pelas ruas do bairro onde se localiza a escola em que trabalha, o supervisor Jeferson, preocupado com a situação levou o problema para a equipe gestora, que resolveu analisar a possibilidade de abrir novas vagas



(34) 3671-8201



social@saogotardo.mg.gov.br



Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89
Centro, CEP 38800-000 - São Gotardo

para matrícula desses alunos. Com essa medida, Jeferson auxiliou os pais desses alunos a cumprirem o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no art. 55, que trata da

- a) obrigação de matricular os filhos na rede regular de ensino.
- b) participação da comunidade na vida escolar da criança e do adolescente.
- c) preservação dos vínculos familiares.
- d) responsabilidade de proteger seus filhos de possíveis aliciadores.

18 A respeito da Lei n.º 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, assinale a alternativa correta.

- a) Às famílias é permitido aplicar castigos físicos aos filhos, como parte do processo educativo.
- b) É dever da escola assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso de drogas ilícitas.
- c) Os responsáveis legais têm a obrigação de matricular a criança ou o adolescente na escola, desde que seja próxima à sua residência.
- d) É dever do Estado ofertar o ensino regular noturno para as crianças que trabalham durante o dia.

19 As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, ou mesmo em razão de sua conduta. Nesse contexto, é correto afirmar que são medidas específicas de proteção, EXCETO:

- a) Acolhimento institucional.
- b) Colocação em família substituta.
- c) Internação em estabelecimento educacional.
- d) Inclusão em programa de acolhimento familiar.

20 De acordo com a Lei 2460 de 18 de setembro de 2020, qual das alternativas abaixo corresponde a uma competência do Conselho Tutelar, além do definido em legislação federal?

- a) Gerir o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA.
- b) Providenciar e articular apoio, quando necessário ao funcionamento do Conselho Tutelar.
- c) Elaborar sua proposta orçamentária, encaminhando-a ao Conselho Municipal dos Direitos Humanos.
- d) Conceder autorizações para viagens de crianças e adolescentes desacompanhados fora da comarca, quando realizadas por mais de 30 dias.

21 Com base no artigo 4º da Lei 2460 de 18 de setembro de 2020, quais dos seguintes órgãos são considerados órgãos municipais da política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente?



(34) 3671-8201



social@saogotardo.mg.gov.br



Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89
Centro, CEP 38800-000 - São Gotardo



- a) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
- b) Conselho Tutelar e Secretaria Estadual de Educação.
- c) Conselho Tutelar e Transporte Escolar.
- d) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Conselho Tutelar.

22 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é um órgão municipal responsável pela política de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente. Ele é composto por 10 membros titulares e 10 membros suplentes, com a participação popular garantida. Destes, 5 membros são natos, representantes de órgãos governamentais do município, enquanto os outros 5 membros são eleitos, representando a sociedade civil, sendo escolhidos por indicação dos movimentos, organizações e entidades que atuam no território do município há pelo menos 2 anos. Para integrar o CMDCA, conforme o artigo 13 da Lei 2460 de 18 de setembro de 2020, é exigido idoneidade moral do candidato, comprovada mediante os seguintes documentos:

- a) Declaração de nada consta emitido e Declaração de antecedentes criminais emitida pelo órgão competente.
- b) Certidões negativas da Polícia Civil, Polícia Federal, Justiça Estadual e da Justiça Federal.
- c) Comprovante de residência atualizado e Declaração de antecedentes criminais emitida pelo órgão competente.
- d) Histórico escolar, Carteira de Trabalho e Declaração de nada consta.

23 Assinale com "V" (verdadeiro) ou "F" (falso) as afirmativas relacionadas às normas do exercício da função do(a) Conselheiro(a) Tutelar, conforme estabelecido na Lei 2460 de 18 de setembro de 2020.

- () Após o processo de escolha, a posse do(a) Conselheiro(a) Tutelar, ocorrerá imediatamente a finalização do Processo.
- () O Conselho Tutelar funcionará ininterruptamente, inclusive finais de semana e feriados, obedecendo regime de escala.
- () O(a) Conselheiro(a) Tutelar, após cada atendimento, deverá emitir guia de pagamento de honorários ou custas pelo serviço prestado.
- () A Função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, sendo vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Marque a sequência correta:

- a) F, V, F, V
- b) V, F, V, F
- c) F, F, V, V



d) V, V, F, F

24 “ _____ é o instrumento jurídico administrativo destinado a apurar a responsabilidade do Conselho tutelar por infração praticada no exercício de suas atribuições, quando necessário será instaurado embasado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Gotardo e na Lei nº 2290/2018.”

Selecione a opção que preenche corretamente a lacuna:

- a) Carta de Advertência
- b) Inquerito de Conduta de Trabalho
- c) Termo de Ajuste de Conduta
- d) Processo Administrativo Disciplinar

25 Assinale a opção INCORRETA a cerca da competência da gestão do Fundo Municipal de Municipal da Criança e do Adolescente – FIA, conforme estabelece o Artigo 26 da Lei Nº 2460 de 18 de setembro de 2020.

- a) Desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o fundo.
- b) Distribuir os valores arrecadados em partes iguais entre todas as entidades do município, acompanhado os gastos e o processo de execução.
- c) Elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação.
- d) Monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FIA), por intermédio de balancetes, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicidade dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica.

26 Assinale com "V" (verdadeiro) ou "F" (falso) as afirmativas relacionadas às sobre a reestruturação, natureza e organização do Conselho Tutelar, conforme estabelece a Lei 2460 de 18 de setembro de 2020.

- () A organização do Conselho tutelar obedecerá aos seguintes critérios: instalações prioritários em área de fácil acessibilidade para a população do município e funcionamento ininterrupto, inclusive nos finais semana e feriado, conforme o regimento interno do Conselho tutelar.
- () O Conselho tutelar, órgão permanente autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos Direitos das Crianças e do Adolescente, conforme definidos em Lei Federal e a Lei Nº 2460 de 18 de setembro de 2020.



(34) 3671-8201



social@saogotardo.mg.gov.br



Rua Olímpio Gonçalves de Resende, 89
Centro, CEP 38800-000 - São Gotardo



() A utilização de consultorias, assessorias ou perícias desenvolvidas por particulares, só poderá ocorrer mediante aprovação do colegiado, no caso de impossibilidade de realização de serviços por entidades públicas.

() O Regimento Interno do Conselho tutelar deverá ser elaborado pelos próprios conselheiros, em comum acordo, com vigência determinada pelo chefe do Executivo.

Marque a sequência correta:

- a) V, V, V, F.
- b) V, F, V, V.
- c) F, V, V, F.
- d) V, F, V, F.

27 Conforme estabelece a Lei 2460 de 18 de setembro de 2020, o Conselheiro Tutelar eleito, caso seja Servidor Público Municipal, deverá:

- a) Optar pelo vencimento do seu órgão de origem, ou do próprio Conselho Tutelar, pelo tempo que durar o exercício do efetivo mandato.
- b) Exonerar do cargo pois é vedada acumulação de outro cargo juntamente ao exercício de Conselheiro Tutelar.
- c) Manter-se nas duas funções, remanejando o horário de trabalho em cada setor.
- d) Assumir a função de Conselheiro Tutelar, visto que foi eleito.

28 O Conselheiro Tutelar eleito, conforme estabelece a Lei 2460 de 18 de setembro de 2020, dentre outros, fará jus dos seguintes Direitos e vantagens:

- a) Carteira assinada, férias anuais remuneradas e 13º (decimo terceiro) salário.
- b) Cobertura previdenciária, férias anuais remuneradas e 13º (decimo terceiro) salário.
- c) Licença maternidade ou paternidade, progressão salarial a cada 2 (dois) anos conforme Plano de Cargos e Profissões Municipais e 13º (decimo terceiro) salário.
- d) Carteira assinada, férias anuais remuneradas e Licença maternidade ou paternidade.

29 A Lei 2460 de 18 de setembro de 2020, em seu artigo 76, descreve que a vacância da função de Conselheiro Tutelar decorrerá de:

- a) Licença maternidade, advertência, falecimento, posse em função pública ou privada e decisão judicial.
- b) Férias regulamentar, falecimento, renúncia, aplicação de sanção administrativa e posse em cargo público ou privado.



- c) Renúncia, falecimento, aplicação de sanção administrativa de destituição da função, condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime, posse em cargo de função pública ou privada, decisão judicial que determina a destituição.
- d) Renúncia, falecimento, aplicação de sanção administrativa de destituição de função, licença maternidade e decisão judicial que determina a destituição.

30 Qual procedimento deve ser adotado pelas autoridades competentes, ao tomar ciência de irregularidade de conduta na atuação do Conselheiro Tutelar, conforme determina Lei 2460 de 18 de setembro de 2020?

- a) Aplicar uma penalidade imediata ao conselheiro infrator.
- b) Iniciar uma investigação formal conduzida por um comitê independente.
- c) Promover a apuração imediata por meio de sindicância.
- d) Encaminhar o caso diretamente ao Poder Judiciário para julgamento
-



(34) 3671-8201



social@saogotardo.mg.gov.br



Rua Olimpio Gonçalves de Resende, 89
Centro, CEP 38800-000 - São Gotardo